



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Praça Desembargador Edgard Nogueira. nº 80 - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

PROCESSO : 0001624-96.2024.6.18.8000
INTERESSADO : GPJI
ASSUNTO : LICITAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Parecer nº 2547 / 2024 - TRE/PRESI/DG/ASSDG

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente:

Cuida-se de relatório FINAL dos trabalhos do Pregoeiro referentes ao **Procedimento Licitatório nº 90030/2024** - Pregão Eletrônico (0002173507), consoante termo de autorização que repousa no doc. 0002165552.

Dito certame tem por objeto a **contratação dos serviços de transporte de policiais militares para todo o Estado do Piauí - Eleições 2024**, o qual está dividido em 4 (quatro) itens.

Através da **Decisão 1525 (0002196314)**, a Presidência do TRE-PI, com relação aos itens 1, 2 e 4, já homologou o procedimento licitatório nº 90030/2024 e efetivou a adjudicação dos citados itens às empresas **S M N DE S JERONIMO LTDA** (itens 1 e 2) e **NILTON TURISMO LTDA**(Item 4).

Retornam os autos após o julgamento do recurso impetrado pela empresa **NILTON TURISMO LTDA** com relação ao **item 3** do certame, em razão da classificação e habilitação da empresa **GENESIS TEC LTDA** - conforme proposta de preços (0002193903) e documentos de habilitação (0002194085).

Alega a recorrente que a Recorrida descumpriu as exigências do instrumento convocatório ao apresentar proposta de preços apócrifa; que o cartão do CNPJ foi emitido há mais de sessenta dias, estando vencido; que a inscrição estadual, municipal, o CNPJ e o contrato social estão discordantes; e que o atestado de capacidade técnica não apresenta carimbo ou código de autenticação do declarante para verificação da sua veracidade. Ao final, pede a desclassificação e inabilitação da Recorrida para o item 3, além da apresentação do documento original do atestado de capacidade técnica anexado (0002200120).

A recorrida apresenta suas contrarrazões (0002205857), solicitando o indeferimento do recurso.

Analizada as razões e contrarrazões, o Pregoeiro em abalizada decisão (0002205862), conhece do recurso interposto por atender aos requisitos de admissibilidade, mas julga-o IMPROCEDENTE, mantendo a decisão que declarou a empresa **GENESIS TEC LTDA**,

CNPJ nº 15.391.153/0001-84, vencedora do **Item 3** do Pregão Eletrônico nº 90030/2024, ao custo total de **R\$ 81.698,70 (oitenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos)**.

Todos os trabalhos envidados durante a sessão licitatória constam do Termo de Julgamento - item 3 (0002206505).

Diante disso, o Pregoeiro sugere a adjudicação e homologação do procedimento licitatório, com relação ao item 3, informando que a economia total do certame foi de 31,64%.

Por fim, sugere a apuração de responsabilidade da empresa PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 07.612.370/0001-29 (0002189578) por cometer desídia ao deixar de atender à diligência do Pregoeiro não atendendo à convocação de anexo no prazo determinado, ocasionando atraso no andamento do certame.

A Assistência Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças observa que a atuação do Pregoeiro na condução do procedimento licitatório (item 3) se limitou a seguir, de forma estrita, os trâmites procedimentais definidos no edital, atendendo, sobretudo, às disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, recomendando a remessa dos autos à COSIND para apuração de responsabilidade da empresa referida no item 11 do Relatório 479 (0002206826).

O Secretário de Administração, Orçamento e Finanças aprova o parecer de sua Assistência Jurídica.

É o relato dos fatos. Manifestamo-nos.

Retornam os autos após o julgamento do recurso interposto pela empresa NILTON TURISMO LTDA com relação ao **item 3** do certame, em razão da classificação e habilitação da empresa GENESIS TEC LTDA.

De fato, assiste razão ao Pregoeiro, vejamos.

Quanto a **ausência de assinatura da proposta comercial da recorrida**, primeiramente devemos ter em mente que estamos diante de um pregão eletrônico em que todas as tratativas e negociações são feitas pelo sistema, mediante a utilização de senha pessoal e intransferível, o que garante a autenticidade da proposta apresentada. Ademais, mesmo que em um pregão presencial, ainda assim seria um vício sanável por meio de simples diligência complementar, por se tratar de erro formal e por não suprimir os elementos fundamentais da proposta mais econômica, em aplicação ao princípio do formalismo moderado.

No tocante aos documentos questionados - cartão do CNPJ, inscrição estadual, municipal e contrato social, basta alertar para a redação do subitem 8.2 do edital, o qual prevê que **"a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e**

econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF", o qual se encontra regular conforme se infere do doc. 0002194085.

E quanto a divergência entre a razão social da Recorrida e a razão social informada no atestado de capacidade técnica, o Pregoeiro relata que se encontra *"cadastrado no SICAF um Instrumento de Transformação de Empresário Individual em Sociedade Empresária Limitada, sob o título "15391153000184_contrato_social_documento_nivel2_2004-08-22_11-40-43.pdf". O documento foi registrado na Junta Comercial do Estado do Piauí em 06/02/2023, sob o nº 22200673805."*

Em consequência, verificamos que não assiste razão à recorrente, devendo o recurso ser conhecido, mas improvido diante das razões e fundamentos contidos na Decisão 8 (0002205862), a qual corroboramos integralmente.

De tudo quanto relatado, deduz-se, sem maiores esforços, que os trabalhos atinentes ao **Procedimento Licitatório nº 90030/2024** transcorreram em estrita conformidade aos ditames legais regedores da matéria, ausente, pois, qualquer eiva que tenha o condão de contaminá-los e, de conseguinte, fulminá-los de nulidade, razão por que somos pela sua **HOMOLOGAÇÃO e consequente ADJUDICAÇÃO do item 3** à empresa GENESIS TEC LTDA, CNPJ nº 15.391.153/0001-84, no valor total de **R\$ 81.698,70 (oitenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos)**, tendo em mira que ofertou proposta que bem atende aos interesses desta Administração.

Por fim, somos pela autuação, pela Comissão Permanente de Sindicâncias - COSIND, de processo específico visando apurar a responsabilidade da empresa indicada pelo Pregoeiro em seu item 11 do Relatório 479 (0002206826) - PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 07.612.370/0001-29.

À consideração e decisão superior.

Maira Chaves Lages Watkins
Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

De acordo.

Márcia Valéria de Araújo Ferreira Rebelo Sampaio
Assessora Jurídica

APROVO o Parecer da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral que, após análise dos atos relativos ao **Procedimento Licitatório nº 90030/2024**, manifesta-se favorável à HOMOLOGAÇÃO e consequente ADJUDICAÇÃO do **item 3** do certame, na forma exposta supra.

Opino, outrossim, pela autuação de processo específico visando apurar a responsabilidade da empresa indicada pelo Pregoeiro em seu item 11 do Relatório 479 (0002206826) - PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 07.612.370/0001-29.

Bela. Silvani Maia Resende Santana

Diretora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Silvani Maia Resende Santana, Diretora Geral**, em 06/09/2024, às 20:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maira Chaves Lages Watkins, Técnico Judiciário**, em 09/09/2024, às 08:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Valeria de Araujo Ferreira Rebelo Sampaio, Analista Judiciário**, em 09/09/2024, às 09:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002208785** e o código CRC **EBDBC85C**.

0001624-96.2024.6.18.8000

0002208785v7



--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Praça Desembargador Edgard Nogueira. nº 80 - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI - <http://www.tre-pi.jus.br>

PROCESSO : 0001624-96.2024.6.18.8000
INTERESSADO : GPJI
ASSUNTO : LICITAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Decisão nº 1586 / 2024 - TRE/PRESI/DG/ASSDG

Cuida-se de **Relatório Final** dos trabalhos do Pregoeiro referentes ao **Procedimento Licitatório nº 90030/2024** - Pregão Eletrônico (0002173507), que tem por objeto a **contratação dos serviços de transporte de policiais militares para todo o Estado do Piauí - Eleições 2024, no tocante ao item 3.**

Através da **Decisão 1525 (0002196314)**, esta Presidência, com relação aos itens 1, 2 e 4, já homologou o procedimento licitatório nº 90030/2024 e efetivou a adjudicação dos citados itens às empresas **S M N DE S JERONIMO LTDA (itens 1 e 2)** e **NILTON TURISMO LTDA (Item 4).**

Verifico que a atuação do Pregoeiro na condução do certame se limitou a seguir, de forma estrita, os trâmites procedimentais definidos no edital, bem como os princípios a que deve estar atrelada a conduta dos agentes públicos, em especial os constitucionais postulados da isonomia, legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, tudo em estrita conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

Registro, ainda, que o recurso interposto pela empresa **NILTON TURISMO LTDA** com relação ao **item 3** do certame, em razão da classificação e habilitação da empresa **GENESIS TEC LTDA** não merece prosperar, pelos fundamentos contidos na Decisão 8 (0002205862) do Pregoeiro, a qual acolho *in totum*.

Diante das informações constantes dos autos, acolho o Parecer 2547 (0002208785) da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, aprovado pela Diretora Geral, que passa a integrar a presente decisão, e constato a regularidade dos trabalhos efetuados pelo Pregoeiro, que demonstram consonância com as normas legais afetas à matéria, razão pela qual **HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 90030/2024**, bem como **EFETIVO A ADJUDICAÇÃO do item 3** à empresa **GENESIS TEC LTDA**, CNPJ nº 15.391.153/0001-84, no valor total de **R\$ 81.698,70 (oitenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos)**, nos moldes do termo de homologação/adjudicação anexo.

Por fim, **DETERMINO** a autuação, pela Comissão Permanente de Sindicâncias - COSIND, de processo específico visando apurar a responsabilidade da empresa indicada pelo

Pregoeiro em seu item 11 do Relatório 479 (0002206826) - PIMENTEL TURISMO E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 07.612.370/0001-29.

Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

Presidente do TRE/PI



Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Presidente**, em 09/09/2024, às 11:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002208786** e o código CRC **49EDC929**.

0001624-96.2024.6.18.8000

0002208786v3



--